



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

ATA N.º 4/2014

Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcútem

Realizada em 26 de setembro de 2014

----- Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, no Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, iniciou-se a quarta reunião ordinária da Assembleia Municipal de 2014, presidida por Dr. António da Costa Amorim. -----

----- De seguida procedeu-se à chamada, verificando-se a totalidade dos membros. -----

----- O senhor presidente da mesa colocou à discussão: -----

----- Ata da reunião número 3/2014, realizada no dia 27 de junho, cujo texto foi previamente distribuído aos senhores vogais. -----

----- Posta a ata à votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria dos presentes, com 1 (uma) abstenção do vogal sr. José Rosa Pereira, da Bancada do PSD, por não se encontrar presente na referida reunião, a referida Ata.

----- O Sr. Presidente da Mesa deu a conhecer a correspondência recebida, mencionando que a mesma se encontra disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- No período de antes da ordem do dia, o senhor presidente da mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local, tomando a palavra o vogal senhor Nuno Rodrigues, da Bancada do Partido Socialista (PS) para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ *É com agrado que*

vejo o empenhamento e o investimento da autarquia no desenvolvimento e implementação de diversos programas de apoio na vertente social, nomeadamente o apoio à família e à natalidade, o apoio através das bolsas de estudo para o ensino superior, os apoios relativos ao pagamento da alimentação dos alunos desde o infantário até ao 3.º ciclo, o apoios/auxílios económicos para os alunos do 1.º, 2.º, 3.º, ensino profissional e especialização tecnológica, o pagamento na íntegra dos passes para os alunos que se deslocam para outras escolas, entre muitas outras medidas de ajuda e apoio às famílias... Estas ajudas/medidas são importantes e em muitos casos fundamentais para o bom desenvolvimento das crianças e jovens, para combater o abandono escolar, para proporcionar as mesmas condições, facilitar o acesso e conceder as mesmas possibilidades a todos os alunos... Temos vindo a criar medidas/ajudas/apoios para tentar minimizar as assimetrias existentes, mas esse trabalho demora a dar os seus frutos considerando o número de crianças que iniciaram este ano o seu percurso escolar e considerando a taxa de natalidade do concelho. Temo que daqui a poucos anos não tenhamos o nosso bem mais precioso para poder continuar e a apoiar que são as Pessoas... Na vertente social (quer para crianças e jovens quer para idosos) a autarquia desenvolve e tem implementado uma panóplia de medidas de apoio e ajuda em várias vertentes e áreas, devemos continuar com essas medidas, ajustar algumas e implementar outras de forma diferente, considerando que são medidas importantes para as populações e para o seu bem-estar social. Neste momento, devemos direcionar-nos para a criação e implementação de medidas de apoio ao desenvolvimento do concelho, com vista à criação de riqueza, à captação e fixação de pessoas e deste modo inverter a situação atual. Temos e devemos de criar as condições necessárias para que essas medidas tenham sucesso. Neste seguimento, gostaria de deixar uma palavra de agrado à adesão da população ao orçamento participativo, apesar de muito criticado por alguns, o que leva a pensar que as pessoas estão ativas e querem ajudar a inverter esta situação. Todos falamos de desertificação, do êxodo populacional, da interioridade, de estarmos numa zona desfavorecida, de pertencemos à grande faixa de baixa densidade em que o País se

foi transformando, de continuarmos a ser esquecidos e abandonados por quem tem responsabilidades sobre estas questões e continuarmos dia após dia, anos após anos, a não ver luz ao fundo do túnel... Precisamos mais do que nunca, de medidas estruturantes, de ações direcionadas ao crescimento e desenvolvimento do concelho. Temos de ser audazes e não ter receio de arriscar. Temos de ter como objetivo a mudança de paradigma para contrariar o esquecimento e o abandono. Para terminar, na última reunião foi referido que desconheciam as minhas pretensões e como não tive oportunidade de responder nessa ocasião vou tentar fazê-lo agora de uma forma rápida e clara. Pretensão é o ato de pretender, assim sendo e respondendo à questão, pretendo que o concelho de onde sou natural, onde resido, onde desempenho a minha atividade laboral e onde me sinto confortável seja um concelho ativo, dinâmico e onde viver seja uma paixão. É minha pretensão ver este concelho crescer, ver as crianças e os jovens terem orgulho de viver aqui e não serem obrigadas a abandonar esta terra magnífica. É minha pretensão olhar para as pessoas idosas e vê-las com um sorriso no rosto, sinal de que se sentem bem por aqui e se congratulam por não terem abandonado a sua terra. É minha pretensão olhar e falar com os empresários e ouvi-los dizer que a economia está a crescer e têm as condições necessárias para progredir. Resumindo, é a minha pretensão ajudar à construção de um concelho harmonioso, onde todos se sintam bem e gostem de cá estar”. -----

----- O presidente da Mesa, Dr. António Amorim, da Bancada do PS usou da palavra para mencionar o seguinte discurso que se passa a transcrever: “Tinha preparado parte deste texto para o dia do município, mas como não me pareceu oportuno ou o momento exato, já que o espaço é o mesmo, passo agora a referir o que então iria pronunciar e cito: Acabamos de inaugurar a remodelação do edifício dos Paços do Concelho. Obra necessária e de extrema importância, mas como tantas outras feitas pela administração central ou local carece de rigor, de profissionalismo e da aplicação correta dos dinheiros públicos. Não tendo formação na área da engenharia, da arquitetura ou áreas afins, não me posso coibir da responsabilidade de denunciar aquilo que acho estar menos bem. É para

mim inconcebível que não tenham sido contemplados pormenores nos projetos de arquitetura ou engenharia as acessibilidades para pessoas sem mobilidade e que depois se tenha que remediar da forma estética e visual como a que nos deparamos da Praça do Município. Urge aqui também responsabilizar quem planeou, executou e fiscalizou esta obra. Existiram escavações, refundações, porque não planearam a entrada ao nível da rua? Porque não estava planeado um elevador? Tudo o que se remenda, não se emenda! Sei, Senhor Presidente, que a sua participação não foi direta, mas permita-me esta pequena provocação e ousadia para que estes erros não se cometam no futuro! (Fim de citação) Queria abordar dentro deste tema outro assunto. É também para mim inconcebível que se continuem a fazer obras como aquelas com que nos deparamos na rua que sobe junto às oficinas da Câmara. Volto a referir que não tenho formação académica na área da engenharia ou da arquitetura, mas graças a deus tenho olhos e mesmo precisando do auxílio dos óculos, o panorama visual que vislumbramos naquela subida ou descida, conforme se queiram posicionar, é confrangedor. 1.º - O passeio, além de nascer grávido, é descomunal em relação à rua. Como se pensa fazer se algum dia for necessário ou se houver uma emergência, abrir a circulação nos dois sentidos? 2.º - Na subida existe um sinal de stop, que para o respeitar temos que parar em cima da passadeira, quando o limite do cruzamento é uns metros mais à frente. 3.º - Aquele pequeno estacionamento à esquerda com uma mesa e dois bancos ao lado, pretende ser o quê? Um pequeno parque de merendas! Se assim for, quem quiser petiscar naquela mesa terá que vir aviado de casa também com cadeiras ou bancos, porque sentado naqueles que lá se encontram, necessitavam do braço do Stan Ipikiss, personagem do filme “O Máskara”, porque se torna elástico, para chegar a qualquer coisa. 4.º Quem fiscaliza e acompanha a obra, se é que fiscalizam e acompanham, não vêem estas aberrações? Posso até estar errado, posso não estar a ver o alcance vanguardista da obra e se for o caso agradeço que me corrijam. Se não estiver, alguém tem que ser responsabilizado. E é essa cultura de responsabilidade e responsabilização que tem que ser implementada se queremos ser mais eficazes, se queremos gerir

bem os dinheiros públicos, este tipo de situações não podem acontecer, sob pena de pactuarmos com a incompetência ou o desleixo de alguns. Não aceito que me digam, é assim que está no projeto! Se o projeto está mal, corrige-se aquando da execução. De outra forma não se chamaria projeto, mas obra acabada e inalterável! As obras mal executadas ficam para sempre mal feitas e não estamos em momentos de desperdiçar recursos financeiros, de fazer, refazer e voltar a fazer. As obras são para as pessoas, para os munícipes e como tal temos a obrigação e o dever de exigir que sejam feitas de forma competente, para servir as pessoas e as populações no espaço temporal que não se compadeça com o hoje ou o amanhã, mas com um futuro que deve ir muito mais além do que o amanhã.

Há um outro aspeto que quero trazer à colação. Tenho uma licença que me habilita a conduzir, mas se não cumprir o código da estrada, sujeito-me a coimas ou mesmo a que essa licença me seja retirada. O paralelismo que pretendo estabelecer é com as casas abertas em Alcoutim, a quem foi concedido uma alvará, uma licença que os habilita a exercer a atividade, onde estão consignadas horas de abertura e de fecho e os dias de descanso semanal. E se não cumprem? Existem coimas ou são-lhe retiradas as licenças que os habilitam? Que eu saiba, nunca aconteceu! Está na hora, a bem do desenvolvimento de Alcoutim de começar a exigir, de começar a fazer cumprir os compromissos assumidos. Não podemos vender uma imagem que não existe. A paisagem essa existe, ninguém a pode retirar e só temos que a preservar. Mas é confrangedor, para mim é mesmo vergonhoso, as pessoas aportarem ou chegarem a Alcoutim e estar tudo fechado, como se de uma Vila fantasma se tratasse. As pessoas querem tomar o pequeno-almoço ou um mero café e o que encontram? Praticamente nada!

Já vivi noutros locais, mesmo em outros países, e este cenário é/era impensável mesmo há trinta anos. Eu sinto vergonha pela imagem que transmitimos a essas pessoas, muitas das quais jamais voltarão. Não é assim que se desenvolve Alcoutim! Não é assim que atraímos pessoas a Alcoutim. É tempo de mudar. É tempo de agir, a bem de Alcoutim. Permita-me finalmente, senhor Presidente, enaltecer a gestão que fez com as Festas de Alcoutim! Poupar em mais de um

terço no custo total das mesmas sem lhe retirar qualidade, é obra. Quanto às Festas em si penso que decorrem muito bem, tendo em conta o mar de gente que se espalhou nos três dias de festa, com especial enfoque na noite de sábado. Sobre a hora do término, a minha posição já é sobejamente conhecida de todos, mas continuo a reiterar que até às quatro da manhã ainda se tolera, a partir dessa hora já não! Alguns jovens poderão dizer que estou a ficar velho! Mas eu respondo-lhes: felizmente ainda não estou senil. Para terminar dou conta do email recebido de Blain e que traduzo e cito: Caros amigos, As nossas duas vilas estão geminadas há 10 anos. No próximo ano, nós gostaríamos de festejar, em Blain, o décimo aniversário desta geminação acolhendo oficialmente uma delegação de Alcoutim. Para nos permitir organizar da melhor forma a estadia/visita, gostaríamos de saber as datas que preferem e outras que vos são totalmente impossíveis (Espero as Vossas propostas) Gostaria igualmente saber se já nomearam um representante do município encarregue dos intercâmbios / da geminação com Blain. (Se sim, podem enviar-me os contactos) Na esperança que possamos levar a bom porto este aniversário e esperando a vossa resposta, envio-vos os meus mais amigáveis e cordiais cumprimentos. Assinado Jean François Dedenis”. -----

----- O vogal sr. Epifânio Vicente, da Bancada do PSD interveio para corroborar com a intervenção do vogal sr. Nuno Rodrigues, no que concerne à desertificação, dado que é um fenómeno preocupante e como tal é da opinião que se deve constituir uma Comissão, no sentido de criar medidas estruturais que possam combater a profunda desertificação que “se sente” no concelho, nomeadamente medidas que beneficiem a fixação de casais jovens e outras úteis para o desenvolvimento de Alcoutim, “enquanto de facto existissem crianças no infantário e escolas”.

----- O vogal sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD interveio para “realçar com agrado” a menção das palavras proferidas em relação às obras inauguradas, dado que no Dia do Município, nomeadamente na inauguração do Edifício dos Paços do Concelho “não ouvi uma única palavra sobre quem tinha

sido o autor, o angariador dos fundos comunitários, quem tinha adjudicado a obra, etc., agora encontram-se defeitos, naturalmente que ficamos a saber efetivamente quem arranjou dinheiro e vontade de fazer a obra, fica aqui registado então pelos defeitos dos autores das obras”. Continuou referindo, no seguimento da intervenção do Vogal Sr. Nuno Rodrigues, que todos temos desejos embora sejam difíceis de concretiza-los algumas vezes, no entanto, podemos trabalhar para que as coisas aconteçam, dando de seguida nota das associações que foram criadas para o desenvolvimento do concelho. Ainda referiu que discorda da implementação da Comissão para o combate do fenómeno da desertificação, dado, que é da opinião que *“quem ganhou as eleições”* é que deve desenvolver e colocar essas medidas em prática, em prol do desenvolvimento do concelho. Deu nota igualmente que o tema dos estabelecimentos de restauração, em sua opinião a Autarquia nada poderá fazer pelo seu incumprimento, dado que existem responsáveis, no entanto, considera importante que exista uma sensibilização para os autores dessa área, a fim de melhorarem/valorizarem a qualidade das ementas, etc, dando como exemplo a iniciativa de abertura do Festival Gastronómico, *“onde poucos estiveram presentes”*. Finalizou a sua intervenção referindo que todos os anos endereça uma palavra de apreço às comissões não profissionais que organizam festas, *“porque essas, realmente é que devemos trazer nas palmas da mão”*, dado que as restantes são executadas pelos profissionais, e que em sua opinião no programa do evento devia constar um *“ênfase aos espanhóis, mas quem manda, manda bem”*. -----

----- O vogal sr. José Rosa Pereira, da Bancada do PSD interveio para realizar uma breve comparação/descrição, após alguns considerandos no que concerne ao concelho de Alcoutim *“o antes, o presente e o futuro”*, nomeadamente as lutas existentes entre partidos e pessoais, pelo engrandecimento do concelho de Alcoutim, em diversas áreas. Continuou referindo que foi um dos principais impulsionadores na criação de emprego, na área da mecânica, transportes escolares, panificação, etc., sendo esta última considerada em tempos uma das empresas principais do país, e nesse âmbito *“vê com alguma tristeza”* o

desmoronamento das empresas geradoras de emprego, dado à inexistência de acompanhamento adequado à consolidação e restabelecimento das mesmas. Considerando igualmente que Alcoutim “*vive praticamente*” de três empresas (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários – AHBV, Câmara Municipal e Serralgarve), no entanto devemos arranjar estratégias na implantação de planos de ação, designadamente em relação ao Agrupamento de Escolas do concelho de Alcoutim, uma vez que o município/território enfrenta uma grande desertificação humana e de solos, bem como referir que “*não devemos viver*” financeiramente à custa da Edilidade como entidade empregadora, e daí essa implantação de medidas urgentes. Findou referindo que é benéfico executar obras para evitar esse fenómeno que é a desertificação, no entanto, não nos “*devemos sujeitar a que outros nos critiquem mais tarde como aqui foi feito*”, em relação às obras efetuadas, pois não tem conhecimento se as críticas foram direcionadas para os técnicos responsáveis (engenheiros/arquitetos/fiscais) ou se foram para os promotores da obra, e como tal relembra “*que mais que criticar é melhor fazer*”.

----- O vogal sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD usou da palavra para mencionar que respeita a opinião de cada vogal na Assembleia Municipal, dado que devemos expor a “*nossa*” opinião, bem como ouvir a dos outros, quer estejamos ou não de acordo. Continuou ainda mencionando que endereçava uma palavra de apreço ao executivo, após um ano de mandato, se “*olhasse e visse um projeto ou obra que se orgulhasse como alcoutenejo*”, e como tal considera que no momento “*os mesmos não se devem orgulhar do mandato que fizeram*”. Deu nota que o papel das Autarquias, a nível nacional, em seu entender, “*não deve ser tão forte ou cada vez mais forte, no sentido de ter cada vez mais poder sobre a economia aberta, pelo facto de defender uma economia fora dos subsídios e donativos do estado*”. Relativamente à Ação Social mencionou que sempre endereçou os parabéns aos responsáveis, independentemente, da pessoa (s) ou partido político, no entanto, “*considerar que as coisas estão boas, apenas porque o executivo de hoje ostenta uma ideologia diferente, sinceramente isto não é uma política real*”. Quanto ao crescimento da economia do concelho acrescentou que é

de conhecimento público que existiu uma redução de empresários, nos 5 (cinco) anos transatos, e como tal considera que é bom que se verifique o número de inscritos em termos de profissão liberal nas finanças, dando nota de seguida, a título informativo, que a *“tributação sobre essas pessoas que o fizeram, deixou de ser sobre 65% e passou para 75%, afinal um governo, que eu pessoalmente tanto tenho contestado, leva ao bolso dos contribuintes no ano de 2014, um rendimento coletável diminuído em 50%”*. -----

----- O Vogal Sr. Nuno Rodrigues, da Bancada do PS interveio para agradecer as palavras endereçadas e mencionar que não entende que o *“seu”* discurso seja considerado como *“festa”*. Continuou a sua intervenção referindo que considera, no seu ponto de vista, a área de Ação Social fundamental nos territórios de baixa densidade, dado que os mesmos são confrontados com um conjunto de problemas que contornam o denominado círculo vicioso das baixas densidades. Dando nota ainda que considera importante a execução de obras, porém, *“acha que antes de as executar as mesmas tem que ser planeadas, porque estarmos a fazer obras, se não há pessoas não vale a pena as obras”*. Quanto ao manifestar dos *“desejos”* considera importante, dado, que são os *“anseios”* da população, e como tal vê com agrado que os colegas de ambas as bancadas *“partilham”* a mesma ideia, sendo da opinião que *“é para isso que cá estamos, é para debater e tentar chegar a um encontro entre ideias e levar isto para a frente”*. -----

----- O vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, interveio para mencionar que não *“demorará muito tempo”* para o vogal sr. Nuno Rodrigues entrar em contradição, *“a final o concelho está melhor ou pior, não faz obras porque não existe população, hoje temos menor volume de negócios...”*, e nesse sentido sugere ao mesmo a auscultação da gravação, para que o mesmo se certifique das suas afirmações/observações. Adiantando de seguida que o número de candidaturas nos últimos anos, aos diversos programas poderá ter sido maior, mas são de menor impacto, dado, que não tem gerado a riqueza que os promotores aguardavam. -----

----- O presidente da Mesa, Dr. António Amorim usou da palavra para frisar que o que quis demonstrar na sua primeira intervenção é que devemos possuir uma

“cultura de responsabilidade e gestão adequada dos recursos”, dado que apenas transmitiu que ao executar-se determinado projeto o mesmo pode e deve ser bem feito, e nesse sentido *“não devemos pegar em palavras ou frases soltas, naquilo que nos dá jeito, temos que entender a ideia no seu todo”*. Findou referindo que também não *“falei em bom ou mau serviço”*, mas sim num serviço que não existe, nomeadamente em termos de os restaurantes se encontrarem encerrados e não cumprirem o que está estipulado no horário do alvará de funcionamento, pois é de conhecimento geral *“que ao fim de semana chegamos aqui e não temos onde tomar um café, isso acontece hoje como acontecia há cerca de 30 anos, foi isso que eu quis transmitir, mais nada”*. -----

----- De seguida, o senhor presidente da mesa passou ao período da ordem do dia.

----- **PONTO UM – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** -----

----- Neste ponto, o senhor presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente ata, cujo texto foi previamente distribuído aos senhores vogais. -----

----- Continuou a sua intervenção esclarecendo as questões apontadas, nomeadamente que o Edifício *“Espaço Guadiana”*/arranjo paisagístico envolvente é um projeto que já tinha sido executado/elaborado anteriormente, em que foram detetados parâmetros que poderiam ser melhorados/modificados, porém, para não ocorrer uma penalização a nível de candidatura/financiamento não se submeteu o mesmo a alterações, e que o Edifício dos Paços do Concelho, como é de *“conhecimento geral”* sofreu algumas alterações pelo executivo permanente, dado que o projeto concebido *“há anos”* já não era compatível com as necessidades atuais, em termos de Modernização Administrativa da função pública. Deu nota de seguida que partilha igualmente da opinião do vogal sr. Abílio da Encarnação, no que concerne aos espaços encerrados/restaurantes, em Alcoutim, no entanto, considera que não se pode impor medidas aos responsáveis, porém, considera que os eventos/investimentos feitos pela Edilidade para promover o concelho poderiam ser usados para valorização do desenvolvimento local, nomeadamente pelos

estabelecimentos da restauração. Quanto às festas de Alcoutim referiu que é um evento com expressão regional e *“se formos fazer aqui um corte, em termos de programação do evento/horário, corremos o risco de ficar com uma festa pela metade, eu sei que a população de uma forma geral é sensível e solidária com o desconforto do ruído”*, e que no dia do Município teve a preocupação de *“na placa de inauguração”* do referido Edifício constasse um membro do governo, porque *“não queria que a placa frisasse só que foi inaugurada pelo presidente da Câmara, Osvaldo dos Santos Gonçalves”*, uma vez que a obra foi partilhada e de iniciativa do anterior executivo, e como tal achou que não devia mencionar o assunto no seu discurso, *“para não correr o risco de acharem que se estava a autoelogiar-se pela construção daquela obra”*, tendo tido o cuidado de solicitar ao técnico da Edilidade, Eng.º Jorge Palma uma breve apresentação, nesse dia, com todas as questões que foram aqui apresentadas. Finalizou referindo que relativamente ao fenómeno da desertificação encontra-se recetivo para constituir uma comissão de trabalho e que corrobora o vogal sr. José Rosa Pereira no sentido de considerar que viver em termos de empregabilidade às custas do Município não é solução, reconhecendo de seguida o seu empreendedorismo. -----

----- PONTO DOIS – REGULAMENTOS DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – APROVAÇÃO DE PROJETOS: Foi presente uma proposta do senhor presidente de Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: Aprovar o conteúdo dos projetos dos seguintes regulamentos a) Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Alcoutim; b) Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Alcoutim; c) Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alcoutim e submeter os referidos projetos de regulamentos a discussão pública, com uma duração de 30 dias, bem como remeter para a Assembleia Municipal, após o período de consulta pública, os projetos de regulamentos, para aprovação final. -----

----- O vogal sr. Eng.º Aurélio Teixeira, da Bancada do PS interveio para mencionar que o Regulamento apresentado é “*completamente novo*”, dado que em anos anteriores não existia, conforme era exigível legalmente. Findou referindo que o Regulamento de Edificações só teve aprovação há 2 ou 3 anos, e como tal questiona “*como é que querem obras bem-feitas/executadas, se a regulamentação nesta casa não existia*”. -----

----- O vogal sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD usou da palavra para frisar que o processo em questão “*não é político*”, dado que foi conduzido pelos técnicos da Edilidade e conforme legislação em vigor, e como tal “*partimos do princípio que está bem elaborado, no entanto, estamos sempre disponíveis para alterar, se notarmos mais tarde que existe algo menos bem*”. -----

----- Posto o assunto, à votação à Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais se certifica que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO TRÊS – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI):** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar para efeitos no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto sobre Imóveis (CIMI), fixar para o ano de 2015, a seguinte taxa: -----

----- Prédios Urbanos: 0,3 %. -----

----- E submeter a presente proposta da Assembleia Municipal, para efeitos previstos no n.º 5, do referido artigo 112.º do CIMI. -----

----- Posto o assunto, à votação à Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO QUARTO – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar para efeitos no n.º 2 do artigo 26.º da Lei das Finanças Locais e pelos motivos referidos (início da proposta), manter para o ano de 2015 a participação variável no IRS em 0%, bem como submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto, à votação a Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO QUINTO – ALIENAÇÃO ONEROSA DA ESTALAGEM DO GUADIANA:** Foi presente uma proposta do senhor presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, deliberar submeter à Assembleia Municipal pedido de autorização de venda da Estalagem do Guadiana, pelo valor base de € 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil euros), ao abrigo da alínea i) do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- O vogal sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD interveio para mencionar que “*ao longo dos anos, nesta sala*” as bancadas com assento no órgão, sempre contestaram sobre o valor atribuído (por estimativa) do referido imóvel, uma vez que o valor por excesso evidenciado “*permitia apenas aprovar de certa forma a rubrica da despesa*”. Continuou referindo que a avaliação efetuada ao bem, na ordem dos € 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil euros) é uma avaliação real no entanto, implica, que o valor apresentado em orçamento seja retificado, sendo da opinião que o referido montante “*está acima do valor de mercado, mesmo considerando que nos últimos tempos a procura cresceu 5,6%*”, e como tal

questiona sobre a diferença existente entre o valor contabilístico registado, em termos de Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e o valor de venda proposto, bem como se existe ou não uma mais-valia contabilística. Deu nota igualmente que considera que não *“é altura oportuna”* para o executivo vender o imóvel, mas sim para *“arrendar, caso existam interessados, a um preço insignificante”*, dado que no momento o referido imóvel não dá sustentabilidade para o desenvolvimento da atividade, tendo em conta o n.º de quartos etc, e/ou criar uma empresa sobre o domínio da Edilidade. De seguida mencionou que Alcoutim é um bom polo turístico e é *“ai que assentam os meus conceitos em termos de crescimento/desenvolvimento na sustentabilidade das atividades e criação de riqueza/receitas, empregabilidade”*, e como tal considera importante que deve existir uma aposta num projeto turístico, nomeadamente na requalificação/limpeza/embelezamento na margem da Ribeira dos Cadavais até Praia Fluvial, permitindo a criação de empregos, parques de estacionamento, passeios terrestres, etc. Findou referindo que *“poderia manifestar o meu agrado pela venda da Estalagem pelo valor referido, no entanto, considero que não o devo fazer, independentemente de existir flexibilidade”*, e como tal vota contra, face às circunstâncias e conjuntura atual. -----

----- O vogal sr. José Rosa Pereira, da Bancada do PSD usou da palavra para mencionar que votará favoravelmente a venda da Estalagem, no entanto, considera importante que exista uma salvaguarda para que o imóvel não seja utilizado para outros fins, e que na qualidade de empresário é da opinião que *“só compra o imóvel quem não tem dinheiro, e como tal é necessário que exista alguma ponderação”*. Continuou referindo que os problemas *“vem de há muitos anos”*, designadamente a parca rentabilidade que a mesma aufere, em termos do número de quartos e nesse sentido considera que devem existir imposições para salvaguardar os interesses de Alcoutim, *“porque se não passado dois ou três anos aquilo pode ser vendido e pode encerrar novamente, dado que a rentabilidade é muito limitada”*. -----

----- O vogal sr. Carlos Escobar, da Bancada do PS interveio para mencionar que as preocupações demonstradas na intervenção anterior, designadamente em “*termos de a Estalagem ser utilizada para fins que não estejam previstos..., pensa*” que estarão salvaguardadas no processo de concurso”. -----

----- O vogal sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD usou da palavra para acrescentar que o debate é interessante, dado que “*estamos a falar de um património do município*”, e que em sua opinião, no passado e no momento é que a Câmara Municipal não tem condições para explorar uma Estalagem, com equipamento hoteleiro e as imposições que se fizeram anteriormente, “*nunca funcionaram, dado que o arrendatário/explorador tinha como condição empregar pessoas do concelho, nós somos um concelho de emigrantes, vamos para lisboa, Bruxelas, etc, e depois aqui no concelho eramos só nós, isso para já é ilegal, nem se podia impor*”. De seguida mencionou que “*fica imenso preocupado que alguém vá comprar o imóvel e posteriormente aconteça o mesmo que aconteceu ao hotel dos Guerreiros do Rio*”, e como tal considera que o preço deve ser equitativo para ambas as partes. Endereçou ainda os parabéns ao Vogal sr. Anselmo Vicente, apesar de opiniões distintas, pelo facto de o mesmo apresentar a forma de “*concretizar o sonho, e é assim mesmo, quando nós sonhamos com uma coisa, faz sentido dizer como se chega lá*”, bem como adiantar que não devemos impor condições, pois também “*não me desagradava nada que aquilo deixasse de ser Estalagem e tornasse num centro de Saúde onde existisse a criação de emprego*”. -

----- O vogal sr. Sidónio Garcia, da Bancada do PS interveio para mencionar que votará favoravelmente a venda da Estalagem, independentemente “*de não ser a favor da venda de património*”, e como tal é da opinião que a Câmara Municipal caso a venda se concretize, deverá investir no concelho, na área do turismo. -----

----- O vogal sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD interveio novamente para mencionar que as opiniões demonstradas /apresentadas são suscetíveis de serem criticadas, e nesse sentido “*faz votos*” que as decisões que o executivo “*tomar, venham-se a refletir no futuro*”, porém, continua a defender “*a sua proposta*” de votar contra a venda da Estalagem, dado, que salvaguardaria os interesses de

Alcoutim, porque o assunto apresentado é deveras importante, independentemente de estarmos ou não de acordo, acrescentando de seguida que no projeto que apresentou anteriormente, deveria ser enquadrado igualmente um parque zoológico, a Sul de Alcoutim. Finalizou a sua intervenção referindo que a Câmara Municipal tem a obrigação/dever perante o eleitorado/Alcoutenejos de defender os postos de trabalho, *não pode apenas querer vender, e os empregos que se lixem, aliás é uma obrigação social da Edilidade, todavia, não há investidor que vá comprar mantendo quaisquer ónus, então para isso não comprava*". -----

----- O vogal sr. Aurélio Teixeira, da Bancada do PS interveio para mencionar que vota favoravelmente a venda da Estalagem, dado, que também é da opinião que a Câmara Municipal não têm capacidade para *“gerir este negócio”*, quanto às considerações apresentadas, nomeadamente *“de se evitar que a Estalagem depois de ser vendida, sirva para outros fins”* lembra que o assunto poderá ser acautelado no caderno de encargos. Continuou referindo que corrobora igualmente que o número de quartos no momento não é viável, porém, a venda já prevê o aumento/ampliação, conforme pareceres das devidas entidades. Ainda mencionou que *“acha”* a ideia do vogal sr. Anselmo Vicente interessante, *“mas ao contrário do que disse o vogal sr. Abílio da Encarnação ele não apresentou solução, porque a solução principal é o dinheiro, e nós podemos ter sonhos, agora dinheiro é um pouco mais complicado”*. -----

----- O vogal sr. Dr. Paulo Pina, da Bancada do PSD usou da palavra para mencionar que *“estamos todos de parabéns, porque estamos num debate bastante aberto”*, em que cada vogal emite a sua opinião, independentemente da cor partidária ou da simbologia, e enquanto órgão deliberativo *“podemos transmitir algumas ideias a este executivo, é sempre bom”*. Continuou a sua intervenção mencionando que o assunto em discussão já possui alguns anos, *“e a verdade é que a Estalagem é o elefante branco da Câmara Municipal”*, e como tal gostaria de questionar se existe plano B, se não se concretizar a venda/compra. -----

----- O presidente da Câmara, sr. Osvaldo Gonçalves interveio para esclarecer que *“partilha”* de todas as opiniões proferidas, independentemente das *“posições mais*

ou menos ideológicas que cada um tem”, pelo facto de as mesmas serem coincidentes com *“o nosso projeto e plano B”*, e que como é de conhecimento geral, o imóvel em questão já se encontra à venda há vários anos, sendo o ano de 2014 excelente para ocorrer essa venda, dado que termina o contrato de arrendamento, e nesse âmbito *“faz todo o sentido que a Estalagem venha inscrita em orçamento”*. Continuou referindo que o processo em questão demorou algum tempo a preparar, uma vez que o mesmo teve que ser revestido de vários pareceres, nomeadamente em autorizações para ampliação, de modo a aumentar a valorização do imóvel, e que no caderno de encargos irão ser incluídas algumas recomendações *“que aqui se fizeram e que também já tinham sido faladas”*, designadamente que o *“equipamento seja obrigatoriamente utilizado como equipamento hoteleiro”*. Findou referindo que caso não ocorra a venda da estalagem, o plano B será o arrendamento, explicando de seguida os trâmites do processo de venda. -----

----- Posto o assunto, à votação à Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com 1 (um) voto contra do vogal sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD e 1 (uma) abstenção do vogal sr. Nuno Rodrigues, da Bancada do PS, aprovar a referida proposta. -----

----- Mais certifico que a presente deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PONTO SEXTO – ASSUNTOS DIVERSOS: MAPA DE EMPRÉSTIMOS – PRESTAÇÃO DE CONTAS 2013 – Retificação:** Foi presente uma informação dos Serviços de Contabilidade de Gestão Financeira e Patrimonial (SCGFP), da Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, no sentido de ser aprovada a retificação ao Mapa de Empréstimos, anexo ao Balanço de 2013, e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto, à votação à Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a referida retificação. -----

----- **Intervenção do Público:** Foram abertas as inscrições do público, e não foi efetuada nenhuma intervenção. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, o senhor presidente da mesa deu por encerrada a sessão, por volta das dezanove horas e trinta minutos, mandando lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei. --

O Presidente

A Secretária

(António da Costa Amorim)

(Isabel Martins Domingos Campos)